

ActaPesca

Acta de Pesca de Recursos Aquáticos Acta Fisheries and Aquatic Resources



RISCOS ASSOCIADOS Á ATIVIDADE PESQUEIRA NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS, ESTADO DE SERGIPE

Risks associated with fishing activity in the municipality of Laranjeiras, State of Sergipe

Fabiana Nascimento Santos¹ Sandra Lima dos Santos² Ana Rosa da Rocha Araújo^{1*} Sandra Lima dos Santos² Ana Rosa da Rocha Araújo^{1*} José Milton Barbosa¹

RESUMO

O objetivo desse estudo foi identificar as doenças acometidas pela atividade de pesca no município de Laranjeiras, no estado de Sergipe. A metodologia baseou-se em entrevistas semiestruturada acerca das principais doenças que acometem os pescadores e pescadoras locais. O resultado mostrou que as doenças estão associadas às atividades com movimentos repetitivos, ritmos acelerados, ausência de pausas, sobrecarga associado a atividade de trabalho. Os riscos relacionados ao trabalho da pesca foram classificados em: i) ergonômico, ii) biológico e iii) natural. Os entrevistados afirmaram utilizar chás medicinais (77%) para o alívio das dores musculares, diarreia, inflamação, resfriados, calmante, entre outras enfermidades, revelando um conhecimento local sobre ervas e cura de enfermidades. Apenas 23% afirmam não usar nenhum tipo de medicamento caseiro e nem se automedica. Este trabalho pretende-se chamar atenção para os problemas de insegurança das atividades pesqueiras e apontar possíveis caminhos para melhoraria na saúde.

Palavras-chave: Pesca artesanal, Saúde do trabalhador, Doenças ocupacionais.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify diseases affected by fishing activities in the municipality of Laranjeiras, in the state of Sergipe. The methodology was based on semi-structured interviews about the main diseases that affect local fishermen and women. The result showed that diseases are associated with work activities with repetitive movements, accelerated rhythms, lack of breaks, over workload. The risks related to fishing work were classified as: i) ergonomic, ii) biological and iii) natural. Fisherman use medicinal teas (77%) to relieve muscle pain, diarrhea, inflammation, colds, colds, among other illnesses, revealing local knowledge about herbs and curing illnesses. Only 23% do not use any type of home medicine or self-medicate. This work aims to draw attention to the problems of insecurity in fishing activity and point out possible ways to improve health.

Keywords: Small-scale fishing, Workers' health, Occupational diseases.

INTRODUÇÃO

A produção pesqueira mundial atingiu 14 milhões de toneladas em 2020, os alimentos aquáticos contribuem cada vez mais para a segurança alimentar e nutricional (FAO, 2022). A profissão de pescador é considerada uma das categorias de trabalho mais tradicional e antiga do mundo (Rios *et al.*, 2011). A pesca artesanal é uma atividade tradicional, que além de conferir identidade a muitas comunidades litorâneas e ribeirinhas, e ser uma forma de manutenção de vínculos culturais e humanos, é a principal fonte geradora de trabalho e renda de muitas famílias (Silva & Leitão, 2019). Apesar da alta participação da pesca artesanal na produção do pescado, as comunidades pesqueiras estão entre os grupos mais pobres da população.

A pesca artesanal, contribui com a redução da pobreza, entretanto, o conhecimento sobre condições de saúde e trabalho do pescador e de suas famílias, em especial de mulheres pescadoras, ainda é muito escasso

ActaPesca 12(2), 2024

URL www.actapescanews.com ISSN 2357-8068 DOI 10.46732/actafish Artigo

Submetido: 13 mai 2024 / Aceito: 20 mai 2024

Publicado: 20 jun 2024

DOI: 10.46732/actafish.2024.12.2.23-32

¹ Universidade Federal de Sergipe

² Colônia de Pescadores de Laranjeiras - Z 14

^{*}Autor Correspondente: Araújo, A.R.R., e-amail: anarosaaraujop@gmail.com

(FAO, 2017). No Brasil as estatísticas apontam mais de 970 mil pescadores artesanais, onde na sua grande maioria sofreram ou sofrem com alguma doença adquirida no trabalho árduo da pesca (FAO, 2016).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a pesca artesanal expõe os pescadores e pescadoras a riscos de acidentes variados, que podem ser reunidos em grupos como: ergonômicos (problemas de postura), naturais (incidência de sol na pele e olhos, friagem, ventos frios, ondas fortes), físicos (lesões nas mãos e nos pés), químicos (contato com secreções venenosas ou de substâncias químicas) e biológicos (contato com algas e coliformes fecais) (Brasil, 2001).

Os riscos presentes no ambiente de trabalho, também chamados riscos ocupacionais, frequentemente, têm origem nas atividades insalubres e perigosas, ou seja, aquelas cuja natureza, condições, métodos de trabalho e mecanismos de controle sobre os agentes do ambiente podem provocar efeitos adversos à saúde dos profissionais. Para Bulhões (1994), esses riscos favorecem a ocorrência de acidentes, sofrimentos e doenças pela exposição a agentes nocivos.

O cuidado dos trabalhadores e trabalhadoras informais, incluindo os pescadores e pescadoras, representa um desafio para o Sistema Único de Saúde, no Brasil, por suas particularidades que impõem "adaptações nocivas do corpo ao trabalho", além da falta de acesso às políticas de proteção ao trabalhador ou a ações de prevenção, tratamento e reabilitação direcionadas. A precariedade dos serviços de saúde nas comunidades de pescadores, geram graves consequências na morbidade e mortalidade dessa população, além da falta de ações estruturadas e permanentes da vigilância em saúde do trabalhador para a categoria (Pena & Rêgo, 2013).

Em relação à proteção social destes trabalhadores, surgiu no Brasil, nos anos 90, o seguro defeso, benefício amparado pela Constituição Federal, como parte do Programa Seguro-Desemprego, garantindo a remuneração dos pescadores e pescadoras durante o período do ano em que estão impedidos de realizar seu trabalho, referente ao período de reprodução de diversas espécies de peixes e mariscos (Campos & Chaves, 2019). Apesar dos avanços nas questões trabalhistas, ainda existem poucas medidas para proteção à saúde.

A literatura demonstra, dentre os pescadores, e em especial as mulheres, alta prevalência de Distúrbios Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) (Rosa & Mattos, 2010; Falcão et al., 2015; Müller et al., 2017; Tiwari et al., 2017; Pena & Gomez, 2014; Rodríguez-Romero et al., 2014; Brasil, 2012), que decorrem da utilização excessiva do sistema músculo esquelético, havendo um desequilíbrio entre as exigências das tarefas e as capacidades funcionais do trabalhador, além da falta de descanso adequado para a recuperação (Brasil, 2012). DORT ou Lesões por esforços repetitivos (LER) são as expressões adotadas pelo Ministério da saúde para se referir ao "desgaste de estruturas do sistema musculoesquelético e atingem várias categorias profissionais e têm várias denominações" (Brasil, 2012).

O conhecimento sobre condições de saúde e de trabalho do pescador e sua família ainda é pouco relatado em estudos da saúde do trabalhador, nas suas diversas abordagens qualitativas e epidemiológicas (Rios *et al.*, 2011). Por isso essa pesquisa teve como objetivo realizar um levantamento sobre as doenças associadas a atividade da pesca, nos pescadores e pescadoras do município de Laranjeiras.

MATERIAL E MÉTODOS

ÁREA

O estudo foi realizado com os pescadores e pescadoras do município de Laranjeiras, estado de Sergipe, localizado a 18 quilômetros da capital Aracaju, microrregião do Baixo Cotinguiba. Limita-se ao norte com os municípios de Riachuelo e Maruim, ao sul com Nossa Senhora do Socorro, a Leste com Santo Amaro das Brotas e a oeste com Itaporanga D'Ajuda e Areia Branca (Donato et al, 2018). Estando a uma altitude de 9 metros, possuindo uma área de 163,4 km² (IBGE, 2022) (Figura 1). A coleta de dados foi realizada no período de outubro de 2023 a fevereiro de 2024, de duas formas: a) pesquisa bibliográfica e b) entrevista semiestruturada com pescadores e pescadoras.

COLETA DE DADOS

Em parceria com a representante da Colônia de Pescadores de Laranjeiras Z - 14 a pesquisa foi realizada com perguntas feitas aos pescadores e pescadoras que se disponibilizaram a responder. Um formulário foi utilizando com as seguintes perguntas: 1) em qual comunidade habitavam, 2) idade, 3) tempo na atividade de pesca, 4) quais as principais doenças ocorrem na família e 5) o que é feito para amenizar os sintomas. Considerando que nas comunidades pesqueiras a atividade de pesca é realizada, na maioria das vezes, por quase todos os membros da família, a pergunta foi feita em referência a toda a família e não somente em referência ao pescador ou pescadora entrevistados.

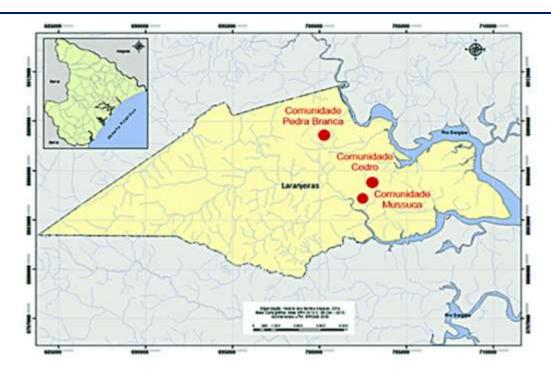


Figura 1. Mapa de localização do município de Laranjeiras, em Sergipe, nordeste do Brasil. (Fonte: Adaptado de Donato et al., 2018).

Todos os entrevistados possuíam registro geral da pesca (RGP) ativo e eram associados à Colônia de Pescadores de Laranjeiras Z -14. As informações foram sistematizadas em planilha Excel e analisadas nas estruturas do laboratório de Gestão e Extensão Pesqueira da Universidade Federal de Sergipe (Gepesca/UFS).

RESULTADOS E DISCURSÃO

Foram entrevistados 50 pescadoras e 10 pescadores artesanais, das comunidades de Cedro, Mussuca e Pedra Branca, com idade entre 23 e 58 anos, atuando como pescadores artesanais há mais de 20 anos. Os entrevistados informaram a existência de diversas enfermidades associadas aos riscos ocupacionais gerados pela atividade de pesca. Riscos ocupacionais é qualquer doença resultante das condições de trabalho ou da forma em que o trabalho é realizado, podendo surgir após longos períodos de exposição aos perigos ou riscos relacionados às tarefas. Existem aproximadamente 60 doenças, já identificadas, associadas a atividade de pesca (Dagep/MS, 2018).

O resultado do estudo mostrou que a maioria das doenças declaradas pelos entrevistados estão associadas às atividades com movimentos repetitivos, ritmos acelerados, ausência de pausas, sobrecarga e modo de vida associado a atividade de trabalho. As enfermidades associadas aos riscos ocupacionais e declaradas pelos entrevistados foram classificadas em: riscos ergonômicos, riscos naturais e riscos biológicos de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Brasil, 2001).

RISCOS ERGONÔMICOS

A atividade da pesca requer esforço físico constante, acometendo os pescadores e pescadoras, principalmente, a riscos ergonômicos. Os entevistados declararam sentir dores nos membros superiores (82%), desvio na coluna (80%), dores nos membros inferiores (62%), inchaço no tornozelo (45%), dentre outras doenças apresentadas na Figura 2.

As doenças mais comuns associadas a atividade de pesca são consequências de "Lesões por Esforços Repetitivos" (LER); câncer de pele pela exposição ao sol; doenças dos mergulhadores (DAGEP/MS, 2018). Lesões por Esforços Repetitivos é um conjunto de afecções que acometem músculos, tendões, articulações, vasos e nervos, que podem aparecer em trabalhadores submetidos a condições desfavoráveis do ponto de vista ergonômico. O sofrimento no trabalho desenvolvido por pescadores e pescadoras são atividades monótonas e repetitivas, com ausência de pausas, estresse inerente às altas exigências de produtividade, dentre outros riscos, concentram esforços repetitivos principalmente nos membros superiores e nas regiões lombar e cervical, comumente mais atingidas (Brasil, 2010). LER geralmente tem sintomas de evolução insidiosa e acometendo membros superiores, que envolvem dor, fadiga, perda de força e parestesia (Brasil, 2012).

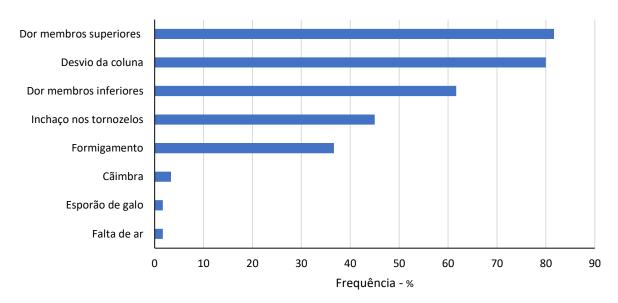


Figura 2. Riscos ocupacionais, classificados como ergonômicos relacionadas ao trabalho da pesca.

Nesse estudo a LER aparece em destaque, provavelmente, porque a maioria dos entrevistados eram mulheres. A LER tem sua maior prevalência em mulheres, e nesse caso, as pescadoras serão as mais prejudicadas, seriam elas as mais acometidas dessa enfermidade. Estudos realizados por Pena e Gomez (2014) reforçam a presença do risco ergonômico no trabalho das marisqueiras, que estão sujeitas à sobrecarga muscular no pescoço, ombros, dorso, membros superiores e região lombar, além do esforço repetitivo principalmente em punhos. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em âmbito domiciliar em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (IBGE, 2014), mostraram que 55% dos acometidos por LER eram mulheres. Para Hunt e Annandale (1999), essa prevalência em mulheres está relacionada com uma maior exposição a fatores de risco, decorrente da dupla jornada (no trabalho e em casa). Strazdins e Bammer (2004) relacionam à dupla jornada e à restrição de tempo para relaxamento ou realização de atividade física, atividades que podem proteger dos distúrbios musculoesqueléticos ou auxiliar na melhora dos sintomas.

As possíveis práticas preventivas, para minimizar e previnir as doenças causada pelo esforço físico, poderiam ser adotadas, tais como: redução da jornada de trabalho, ginástica de alongamento e principalmente utilização de EPI's, como apresentado na tabela 1.

Tabela 1. Sugestão de práticas preventivas associadas a riscos ergonômicos e relacionados ao trabalho da pesca.

| CLASSIFICAÇÃO | PRÁTICAS PREVENTIVAS |
|----------------|---|
| | Reduzir jornada de trabalho; |
| | Utilizar equipamentos para diminuir a carga; |
| Esforço físico | Praticar alongamento do corpo; |
| | Pausar atividades de movimento repetitivo; |
| | Alternar postura durante atividade laboral; |
| | EPI's – cinta de coluna para transporte de carga. |
| | |

O cumprimento de práticas preventivas é um desafio para os pescadores e suas famílias. Adquirir EPI's significa um custo extra, e pela baixa remuneração da atividade, fica inviável. Para as pescadoras, enquanto parte do mercado informal, a decisão de não pescar, ou reduzir a jornada de trabalho, implica em redução da produção e consequentemente da renda, comprometendo também a segurança alimentar de toda a família, o que leva essas trabalhadoras a esforços extenuantes mesmo em situação de adoecimento (Pena; et al., 2011).

O cuidado das trabalhadoras e trabalhadores informais representa um desafio para o Sistema Único de Saúde, por suas particularidades que impõem "adaptações nocivas do corpo ao trabalho", além da falta de acesso às políticas de proteção ao trabalhador ou a ações de prevenção, tratamento e reabilitação direcionadas (Pena et al., 2011; Pena & Rego, 2013).

RISCOS BIOLÓGICOS

Risco biológico é composto por todo agente biológico patogênico que representa uma ameaça ao organismo ou ao ambiente no qual está inserido. Surgem do contato de microrganismos e animais peçonhentos com o homem em seu local de trabalho. Vírus, bactérias e protozoários provocam doenças infectocontagiosas (hepatite, cólera, amebíase, Aids, tétano, etc.). Fungos e bacilos provocam infecções variadas externas (na pele, ex.: dermatites) e internas (ex. doenças pulmonares). Parasitas provocam infecções cutâneas ou sistêmicas podendo causar contágio (ex. doenças pulmonares) (Brasil, 2010).

Dentre os riscos biológicos mais frequentes apontados pelos entrevistados foram os acometidos por verminoses (38%), infecções na pele (37%) e diarreia (37%) (Figura 3).

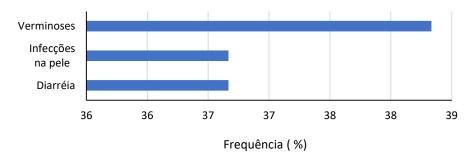


Figura 3. Riscos biológicos relacionadas ao trabalho da pesca.

No ambiente ao qual o pescador e pescadora artesanal desenvolvem a atividade de pesca, por vezes, precisam conviver com a degradação ambiental, principalmente, por conta da contaminação de esgotos, falta de saneamento, poluição química, industrial e agrotóxica (Pena & Gomez, 2014). Durante a atividade de pesca, a qual normalmente é realizada sob intenso calor, é recomendado a ingestão de água potável para inibir diversas doenças. Dependendo da qualidade da água para consumo humano na comunidade, tanto para beber como cozinhar, pode ocorrer contaminação, pois não é filtrada, representando um risco biológico à saúde do pescador (Campos, 1999; Ponzetto, 2007).

Melhoria nas condições de saneamento nas comunidades e adjacentes além da possibilidade de utilização de equipamentos de proteção esses riscos biológicos poderiam ser evitados não só para os pescadores e pescadoras, mas para toda a populaçõa local (Tabela 2).

Tabela 2. Possíveis práticas preventivas associadas aos riscos biológicos relacionados ao trabalho da pesca.

| CLASSIFICAÇÃO | PRÁTICAS PREVENTIVAS |
|-------------------|--|
| | Uso de equipamento de proteção individual; |
| Riscos biológicos | Melhorias nas condições de higiene e saneamento ambiental; |
| | Manter vacinas atualizadas. |

Figueiredo et al. (2009) ressaltam que a infraestrutura da maioria dos municípios, não acompanha o crescimento demográfico local, ocasionando, uma série de carências que vão desde a falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à água tratada e aos sistemas de saúde, além da insuficiente orientação técnica ao trabalhador da pesca, o que proporciona uma difícil vida cotidiana às suas populações. Sendo assim, todas essas condições impõem restrições negativas à saúde do pescador e sua familia, ressaltando um perfil epidemiológico composto de enfermidades pestilenciais transmissíveis, carências típicas da miséria e aos agravos à saúde decorrentes dos processos de trabalho (Pena & Gomez, 2014).

Conhecer o modo de transmissão e o percurso do agente biológico desde sua fonte até o hospedeiro (humano ou animal) permite a aplicação de medidas preventivas ou de contenção que reduzem a contaminação e a disseminação do patógeno. Medidas como vacinação, uso de agentes antimicrobianos e adoção de medidas sanitárias podem reduzir o risco de contágio no ambiente de trabalho.

RISCOS NATURAIS

A atividade de pesca é uma, dentre as várias ocupações, que requerem, necessariamente, exposição prolongada e crônica ao sol. O exposição ao sol causa insolação, aqueles que estão a mais tempo atuando e com maiores jornadas de trabalho, como é o caso dos pescadores e pescadoras entrevistados nesse estudo. Dentre as principais doenças apontadas destacam-se: dor de cabeça (82%), insolação (73%) e problemas visuais (65%) (Figura 4).

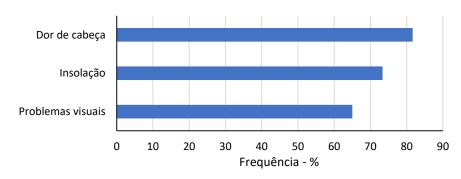


Figura 4. Riscos naturais relacionadas ao trabalho da pesca.

A radiação ultravioleta da luz solar é fundamental para a síntese de vitamina D na pele e em outros aspectos fisiológicos da vida humana, entretanto, ocasiona efeitos patológicos como queimaduras, mudanças de pigmentação da pele, alterações imunológicas e neoplasias (Guirro & Guirro, 2004).

A pele é a parte do corpo humano que mais é danificada quando exposta ao sol de maneira incorreta. Queimaduras de diferentes graus, alergias e o surgimento de manchas são apenas alguns exemplos dos problemas causados pela exposição excessiva. Elas podem se manifestar na forma de doenças agudas ou crônicas e caracterizam-se por manifestarem exclusivamente nas áreas fotoexpostas (Brito & Xavier, 2014).

Além da pele, outras partes do corpo sofrem os efeitos da radiação solar, como por exemplo, os olhos, que podem sofrer lesões graves e desenvolverem catarata e fotoconjuntivites como resultado da exposição à radiação. A exposição solar também se relaciona com a desidratação, um problema grave que pode ocasionar a morte.

Além dos problemas relativamente imediatos, alguns outros podem surgir ao longo dos anos, tais como envelhecimento precoce decorrente da perda da elasticidade da pele, surgimento de rugas e o câncer (Flor & Davolos, 2017).

Possíveis práticas preventivas para essa situação pode ser a utilização de roupas e assesórios e protetor sola (Tabela 3).

Tabela 3. Sugestão de práticas preventivas associadas aos riscos naturais e relacionados ao trabalho da pesca.

| CLASSIFICAÇÃO | PRÁTICAS PREVENTIVAS |
|------------------|------------------------------------|
| Exposição ao sol | Utilizar chapéu e roupas leves UV; |
| | Usar protetor solar; |
| | Utilizar óculos escuro; |
| | Hidratar sempre. |

Gonzáles et al. (2008), descrevem que fotoproteção é um elemento profilático e terapêutico frente aos efeitos danosos da radiação UV. A abordagem é realizada por meio do uso de protetores solares, vestimentas protetoras e exposição restrita à luz solar.

Vestimentas, óculos escuros, luvas e chapéus são abordagens facilmente disponíveis e eficazes para defesa do organismo contra os efeitos nocivos da radiação UV. Entretanto, toda vestimenta necessária para proteger os pescadores e pescadoras representam um custo elevando no orçamento familiar. Os chapéus são úteis para a proteção do couro cabeludo, orelha, cabelo, olhos, testa e pescoço, além de prover sombra para o rosto, que pode proteger as bochechas, o nariz e o queixo. A eficácia da proteção de um chapéu ou boné está relacionada ao tamanho da borda dos mesmos, bem como ao material utilizado para sua confecção. Chapéu com borda larga reduz a superfície ocular exposta à radiação UV em 50%. E aquele com borda de, pelo menos, 4 cm protege a parte posterior do pescoço. As luvas são úteis para a prevenção dos sinais de fotoenvelhecimento das mãos, como as manchas na superfície das mesmas (Balogh et al., 2011).

Os óculos escuros previnem os diversos danos oculares provocados pela radiação UV, como cataratas, fotoconjuntivites e perda progressiva da visão. Alguns fatores influenciam a proteção dos mesmos: tamanho, forma, capacidade de bloqueio da radiação ultravioleta e reflexão do verso da lente. Um estudo realizado com pescadores que permaneciam muito tempo na água e estavam expostos não somente à luz direta, mas também à luz refletida do sol apontou uma incidência três vezes maior da forma mais comum de catarata nos pescadores que não protegiam seus olhos do sol do que naqueles que os protegiam regularmente (Mattos, 1995).

A Academia Americana de Dermatologia recomenda o uso de vestimentas apropriadas e óculos escuros para exposição prolongada ao sol; porém, alguns tipos de tecido não proporcionam proteção suficiente (Palm & O`donoghue, 2007; González et al., 2008).

Agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho, representam riscos ambientais que, dependendo da sua natureza, concentração, intensidade ou tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde dos trabalhadores (Brasil, 2001).

OUTRAS ENFERMIDADES

Os entrevistados relataram outras doenças acometidas na família, porém, relacionadas as condições de vida local, tais como as mais frequentes pressão alta, labirintite, diabete e outras (Figura 5).

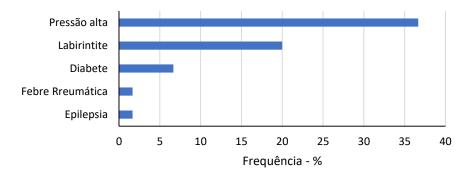


Figura 5. Doenças relacionadas ao modo de vida.

A desinformação, a falta de saneamento e a necessidade de sustentar a família levam os moradores de comunidades pesqueiras a um modo de vida prejudicial a saúde de todos. As condições socioeconômicas das populações pesqueiras não permitem adquirir alimentos processados mais saudáveis. Em muitas comunidades podemos observar plantação de mandioca ou outro tubérculo, porém, não existe variedade de alimentos. Com a vasta variedade no mercado local de alimentos processados, altamente calóricos, com concentrações de sódio e carga glicêmica elevada, muitas vezes com um custo baixo e procuradas pela praticidade em consumi-las associam-se ao aumento da obesidade e, consequentemente, das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (Muruci et al., 2015; Barros et al., 2011). As doenças crônicas não transmissíveis constituem o problema de saúde de maior magnitude e correspondem a 72% das causas de mortes, atingem fortemente camadas pobres da população e grupos vulneráveis (Brasil, 2011). Possíveis práticas preventivas estão listadas na tabela 4, porém, todas necessitam de políticas públicas de prevenção.

Tabela 4. Possíveis práticas preventivas relacionadas ao modo de vida dos pescadores e pescadoras.

| CLASSIFICAÇÃO | PRÁTICAS PREVENTIVAS |
|---------------|----------------------------|
| | Alimentação saudável; |
| Modo de vida | Atividade física; |
| | Realizar exames de rotina. |

No caso das enfermidades associadas ao modo de vida algumas providências vêm sendo tomada pelos governos do Brasil. A Política Nacional de Promoção da Saúde: prioriza ações de alimentação saudável, atividade física, prevenção ao uso do tabaco e álcool, inclusive com transferência de recursos a estados e municípios para a implantação dessas ações uma forma intersetorial e integrada (Brasil, 2006).

Outra ação está relacionada ao programa Academia da Saúde, com o objetivo de promoção da saúde por meio de atividade física. Desde 2006, a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde apoia e financia programas de atividade física.

O Brasil também se destaca na regulamentação da rotulagem dos alimentos, foram realizados acordos com a indústria para a redução do teor das gorduras trans e, recentemente, novos acordos voluntários de metas de

redução de sal em 10% ao ano em alimentos industrializados. Como instrumentos de apoio foram publicados os "Cadernos da Atenção Básica" e guias para o controle de hipertensão arterial, diabetes, obesidade, doenças do aparelho circulatório etc. Além da distribuição gratuita de medicamentos para hipertensão e diabetes.

Os entrevistados declararam que quando são acometidos por alguma doença com sintomas intensos, que não conseguem remediar em casa, em sua maioria procuram i) postos de saúde (80%), ii) farmácias (15%) e iii) hospital (5%).

Quando são acometidos pelas doenças com baixa intensidade de dor, os entrevistados afirmaram utilizar chás medicinais (77%) para o alívio das dores musculares, diarreia, inflamação, resfriados, calmante, entre outras enfermidades. Apenas 23% dos entrevistados afirmam não usar nenhum tipo de medicamento caseiro e nem se automedica.

As principais platas medicinais utilizadas são conhecidas localmente como: cidreira, capim santo, samba caitá, boldo, quebra pedra, mulungu, pichilinga, nós moscada, mastruz, malva, manjericão, pata de vaca, erva doce, cravo com limão, hortelã miúdo, moringa, camomila, folha de abacate, manjelão, goiabeira, flor de mamoeiro, louro, casca de maracujá e banho de asseio de aroeira. Revelando um conhecimento local sobre ervas e cura de enfermidades.

Os riscos da atividade de pesca podem comprometer e agravar a saúde, como lesões na pele, problemas auditivos, oftalmológicos, urogenitais, picadas de animais peçonhentos trazidos pelas águas, entre outros (Rosa & Mattos, 2010). Prosenewicz e Lippi (2012) acrescentam à discussão que na atividade laboral da pesca sempre há risco de acidentes, afogamentos e outros perigos devido à inexistência ou precariedade quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), no entanto, está previsto no Sistema Único de Saúde (SUS), conforme artigo 6°, a execução de ações de saúde do trabalhador.

A vulnerabilidade, associada à pobreza, pode se relacionar a problemas de saúde e acesso a serviços de saúde e educação. Neste processo o estabelecimento de atividades e estratégias de prevenção e capacitações das equipes de saúde locais, nos estados e municípios, e com a definição de indicadores para monitoramento e de metodologias apropriadas às realidades regionais e locais deveriam ser adotadas como rotina para melhorar a saúde da população local.

Na análise dos riscos e das condições de trabalho, os entrevistados declararam situações relacionadas a ritmos exaustivos e jornadas longas, provavelmente em áreas inóspitas como manguezais, com calor excessivo e às vezes chuva.

Os riscos de acidentes são potencializados pela grande jornada de trabalho, pelo pouco uso de EPI, a instabilidade da função. Tais resultados estão em consonância com estudos encontrados na literatura, que, reconhecem o grande aumento de risco de problemas de saúde e de acidentes na população de pescadores.

Por fim, com este trabalho pretende-se chamar atenção para os problemas de insegurança dos trabalhadores dessa modalidade e apontar possíveis caminhos para melhorar a segurança dos pescadores com programas de educação, conscientização e treinamentos sobre os riscos ambientais mais evidentes e identificados.

É preciso que cada vez mais a população em geral seja informada, se conscientize e deem a devida importância, não só para o tratamento, mas para a prevenção. Sugere-se mais pesquisas sobre o tema, dando mais informações a essa população que necessita da proteção.

AGRADECIMENTOS

Aos pescadores e pescadoras que aceitaram responder as perguntas desse estudo e a Colônia de Pescadores de Laranjeiras - Z 14 pelo apoio.

REFERÊNCIAS

Balogh, T.S., Velasco, M.V.R., Pedriali, C.A., Kaneko, T.M. & Baby, A.R. (2011). Proteção à radiação ultravioleta: recursos disponíveis na atualidade em fotoproteção. *An. Bras. Dermatol.* 86 (4). Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0365-05962011000400016

Barros, M.B.A., Francisco, P.M.S.B., Zanchetta, L.M. & Cesar, C.L.G. (2011). *Tendências das desigualdades sociais e demográficas na prevalência de doenças crônicas no Brasil*, PNAD: 2003-2008. Cienc Saude Coletiva;16(9):3755-68. https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001000012.

Brasil (2001). Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília, DF: MS. Série A. Normas e Manuais Técnicos, 114.

Brasil (2006). Ministério da Saúde. Portaria Nº 687/2006, institui a política de promoção da saúde.

Brasil (2010). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica, 8. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 444 p.: Il. Série B. Textos Básicos de Saúde.

Brasil (2011). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)* no Brasil 2011-2022 / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Série B. Textos Básicos de Saúde.

Brasil (2012). Ministério da Saúde. Dor Relacionada ao Trabalho: Lesões por esforços repetitivos (LER), Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Brasília, DF.

Brasil (2012). *Boletim estatístico 2010*. Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim estatístico da pesca e aquicultura. Brasília, DF: MPA; [129 p.]. Disponível em: http://sinpesq.mpa.gov.br/preps_ms/download/boletim_2010/boletimestatistico_mpa_2010.pdf

Bulhões, I. (1994). Riscos do trabalho de enfermagem. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Folha Carioca.

Campos, A.A.M. (1999). Cipa - Comissão interna de Prevenção de acidentes – uma nova abordagem. São Paulo: Editora Senac.

Campos, A.G. & Chaves, J.V. (2019). *Seguro defeso: Problemas Enfrentados pelo Programa*. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3782.

Dagep/MS (2018). Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social/Ministério da Saúde. *A saúde das pescadoras artesanais atividades de pesca: mariscagem e pesca em mar aberto*. Paulo Gilvane Lopes Pena (Org.) Ed: MS/CGDI.

Donato, C.R.; Andrade, I.C.B.; Becker, M.A.; Macedo, H. (2018). A sustentabilidade das práticas de espeleoturismo no município de Laranjeiras, Sergipe. *Scientia Plena*. 14(12), 1-13. doi: 10.14808/sci.plena.2018.125304

Falcão, I.R.; Couto, M.C.B.M.; Lima, V.M.C.; Pena, P.G.L.; Andrade, L.L.; Muller, J.S.; Alves, I.B.; Viana, W.S. & Rêgo, R.C.F. (2015). Prevalência dos distúrbios musculoesqueléticos nos membros superiores e pescoço em pescadoras artesanais/marisqueiras em saubara, Bahia, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, l. 20(88), 2469-2480. Disponívem em: http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015208.17272014.

FAO (2016). The state of world fisheries and aquaculture 2016: contributing to food security and nutrition for all. Rome: FAO. Disponível em: www.fao.org/3/a-i5555e.pdf

FAO (2017). Towards gender-equitable small-scale fisheries governance and development. Rome: FAO. Disponível em: www.fao.org/3/a-i7419e.pdf

FAO (2022). The state of world fisheries and aquaculture: Meeting the sustainable development goals. Rome, Italy: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Figueiredo, F. F. (2012). A gestão de resíduos sólidos em Natal/RN: entre o controle dos resíduos na cidade e o tratamento final no aterro sanitário. *Anais do VI Anppas*. Belém 18.

Flor, J. & Davolos, M. R. (2017). Protetores solares. Quimica Nova, 30(1), 153158.

González, S.; Fernández-Lorente, M. & Gilaberte-Calzada Y. (2008). The latest on skin photoprotection. *Clin. Dermatol.*, 26:614-26.

Guirro, E.C.O. & Guirro, R. R.J. (2004). Fisioterapia dermatofuncional: fundamentos, recursos, patologias. 3^a. ed. Barueri: Manole.

Hunt, K. & Annandale, E. (1999). Relocating gender and morbidity: examining men's and women's health in contemporary Western societies. Introduction to Special Issue on Gender and Health. *Social Science & Medicine*, 48(1), 1-5.

IBGE (2022). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2022/2021*. Disponível em https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html.

IBGE (2014). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91110.pdf

Mattos, R.P. (1995). Associação para a Segurança da Construção de Ontário (Canadá) - CSAO. Revista Construction Safety, 6(2), edição de verão. Disponível em: http://www.ricardomattos.com/uvray.htm.

Müller, J.S.; Falcão, I.R.; Couto, M.C.B.M.; Viana, W.S.; Alves, I.B.; Viola, D.N.; Woods, C.G & Rêgo, R.C.F. (2017). Artisanal fisherwomen/shellfish gatherers: analyzing the impact of upper limb functioning and disability on health-related quality of life. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(11), 3635-3644.

Palm, M.D. & O'Donoghue, M.N. (2007). Update on photoprotection. *Dermatol Ther*; 20:360-76

Pena, G.L., Freitas, M.C.S. & Cardim A. (2011). Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. *Cien Saude Colet.*; 16(8):3383-3392.

Pena, P.G.L. & Gomez, C.M. (2014). Health of subsistence fishermen and challenges for Occupational Health Surveillance. Ciência & Saúde Coletiva, 19(12), 4689-4698.

Pena, P.G.L.; Martins, V. & Rêgo, R.F. (2013). Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. *Rer. Bras. Saúde Ocup.*, 38(127):57-68.

Ponzetto, G. (2007). Mapa de Riscos Ambientais: NR 05. 2ª Edição. São Paulo: LTR.

Prosenewicz, I, & Lipp. U.G. (2012). Acesso aos serviços de saúde, condições de saúde e exposição aos fatores de risco: percepção dos pescadores ribeirinhos do Rio Machado de Ji-Paraná, RO. *Saude Soc.* 21 (1). https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000100021

Rios, A.O.; Rego, R.C. F. & Pena, P.G.L. (2011). Doenças em trabalhadores da pesca. *Revista Bahiana de Saúde Pública*, 35(1), 175-188.

Rodríguez-Romero, B.; Pita-Fernández, S. & Pértega-Díaz, S. (2014). Impact of musculoskeletal pain on health-related quality of life among fishing sector workers. *Clinical Rheumatology*, 34(6), 1131-1139.

Rosa, M.F.M. & Mattos, U.A.O. (2010). A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(1), 1543-1552.

Silva, V.L. & Leitão, M.R.F.A. (2019). A regulação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras. Disponível em: https://sb.fgv.br/catalogo/index.asp?codigo sophia=224466.

Strazdins, L. & Bammer, G. (2004). Women, work and musculoskeletal health. *Social Science & Medicine*, 58(6), 997-1005.

Tiwari, R.; Tripathi, P. & Kamath, R. (2017). Occupational health and role of gender: A study in informal sector fisheries of Udupi, India. Indian Journal of Occupational and Environmental Medicine, [s.l.], v. 21, n. 2, p.45-50